



Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Educação



MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ-PR

**Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de
Educação – PME de Cambé**

**Lei Municipal nº 2610/2013 e Readequado pela Lei Municipal
2728/2015**

Período

2017

CAMBÉ

2017



1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO:

COMISSÃO COORDENADORA: PORTARIA Nº 312 de 19 de maio de 2017.

- Adriane Hack
- Carlos Alberto Sales
- Cláudia Santos Codato Segura
- Cleusa Alves Foristieri
- Delamaris Crisa da Silva Cardoso dos Santos
- Edna dos Santos Costa Serezuela
- Eliézer Fernando Vertuan
- Josieli Diniz da Silva Richieri
- Kátia Midori Wakassugui Gamba
- Luciano Moraes Cardoso
- Mônica Santana Cruz Rodrigues
- Patrícia de Oliveira Bento
- Paulo Enrique Dante
- Taíssa Teixeira Sgobero
- Raphael de Oliveira Furlan
- Rosimara Iglesias
- Silôé Salete Simadon

Tendo como Equipe Técnica:

- Cláudia Santos Codato Segura – Secretaria Municipal de Educação (Secretária de Educação)
- Luciano Moraes Cardoso – Secretaria Municipal de Educação (Diretor Pedagógico)
- Raphael de Oliveira Furlan – Secretaria Municipal de Educação (Técnico de Informática)



INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo registrar o segundo Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Cambé-Pr, realizada pela **COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ**, constituído pela Portaria nº 312 de 19 de maio de 2017. O Plano monitorado pela Comissão foi elaborado, inicialmente para o decênio 2012-2022 e após aprovação da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, foi readequado para o decênio 2014-2024.

Desta forma, a construção do primeiro PME de Cambé constituiu um exemplo concreto de democratização da educação, por meio da criação de espaços de mobilização e participação da comunidade educativa e demais segmentos sociais, no processo de conhecimento e reflexão da realidade educacional, bem como no planejamento do seu desenvolvimento.

O monitoramento foi organizado em etapas, que se revelaram essenciais para o conhecimento e a reflexão da realidade educacional do município e para o planejamento e aprimoramento do sistema, com vistas à constante busca de melhoria da qualidade da educação.

Visando facilitar a visualização de cada uma destas etapas e a compreensão das estratégias de trabalho utilizadas, a seção que segue apresenta o detalhamento e descrição de cada uma delas, mediante o conhecimento da realidade educacional do município, no ano de 2017 e sua análise à luz da realidade do período anteriormente avaliado, ou seja, 2014-2016, bem como das metas e estratégias estabelecidas no PME 2014-2024.

Finalmente, em função da ausência de alguns representantes dos segmentos educacionais no comitê, nas reuniões em que foi avaliado o cumprimento das metas e estratégias do PME, o que resultou na não obtenção dos dados da Rede



Estadual e Privada, a presente seção contempla apenas as informações da Rede Municipal.

A este respeito, recomenda-se que a reconstrução do sistema de Coleta de Dados Educacionais, contemple o conjunto destas informações, evitando que tal fato repita no futuro.

ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

Conhecer detalhadamente a realidade educacional do município é uma necessidade. No entanto, uma necessidade que não se encerra em si mesma, pois, só tem sentido tal conhecimento se o mesmo for utilizado como subsídio para a reflexão dos fatos que a produziram, bem como para vislumbrar o horizonte que esta realidade nos impõe e permite projetar.

Sob este prisma, o que se propõe é a análise da realidade como um fato circunscrito em um processo histórico com vistas a superar os desafios que nela estão presentes.

Partindo deste entendimento, o 'presente' não apenas se interpõe entre o passado e o futuro, mas, acima de tudo estabelece uma relação dinâmica e de movimento com eles, sendo ao mesmo tempo um produto das ações do passado e um elemento fundamental para a construção do futuro.

Por esta razão, com vistas a evidenciar o movimento das relações entre passado-presente-futuro, optou-se por manter a apresentação e análise dos dados coletados em 2015, em formato similar ao utilizado no PME(2012/2022). Assim sendo, recomenda-se que a leitura dos dados referentes ao período (2011 - 2014) seja acompanhada pela leitura dos dados obtidos no período (2007 – 2011), bem como das metas estabelecidas no PME de Cambé (2014-2024).

Cabe destacar que, para a realização do Diagnóstico Educacional que subsidiou a elaboração do PME (2012-2022), foram utilizados os dados: do *Censo Demográfico do IBGE/2010*, do *Caderno Estatístico do Instituto*



Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES/2011 e do Educacenso – MEC/INEP/2001, além das informações fornecidas pelas instituições educacionais na Coleta de Dados Educacionais – CODAE/2011. Foram ainda acrescentados a estes, dados e informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias e instâncias do município.

No entanto, tendo em vista que os dados dos referidos censos não foram atualizados até o momento, consideramos os dados anteriores como referência também para a realização desta primeira avaliação do PME, realizando estimativas, quando possível e conforme especificado nas ocasiões em que tal procedimento foi adotado.

É prudente destacar que, embora em 2015 tenha aumentado o número absoluto das instituições que retornaram os instrumentos com as informações solicitadas, aproximadamente 13% das escolas não forneceram seus dados¹. Tal fato, não só impossibilitou o conhecimento da realidade de ‘totalidade do universo estudado’, como também impediu a realização da avaliação do PME na sua completude, embora não a invalide, já que foram obtidos percentuais significativos de respostas nas duas ocasiões, a saber, 79 e 87%, respectivamente.

METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO 2016/2017

I - META SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Situação apresentada: A principal dificuldade é com os Recursos Humanos. Atender essa população requer um número de profissional muito maior, se



comparado com o Ensino Fundamental. No entanto, a Lei de Responsabilidade, no município de Cambé, tem inviabilizado mais contratações.

II - META SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL

Situação apresentada: No município de Cambé não houve dificuldades significativas para o cumprimento das submetas existentes na Meta 2. O município de Cambé possui escolas suficientes para atender a demanda; A evasão escolar não é algo significativo no Ensino Fundamental deste município; a maioria das crianças está alfabetizada ao final do terceiro ano; e o IDEB, tanto das séries iniciais como das séries finais do Ensino fundamental está acima da média nacional.

III - META SOBRE O ENSINO MÉDIO

Situação apresentada: O Ensino Médio, cuja oferta é responsabilidade do Estado, já não atingiu os mesmos resultados que as séries finais do Ensino Fundamental (também responsabilidade do Estado). Considerando-se os dados informados na pesquisa, os percentuais de reprovação e aprovação foram significativos, merecendo grande atenção por parte do mantenedor.

No que se refere à evasão e abandono escolar, infelizmente, o Ensino Médio também apresenta números que devem ser combatidos buscando sua diminuição, segundo a pesquisa realizada.

IV - META SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

Situação apresentada: No âmbito do município, os alunos são atendidos na rede regular e recebem atendimento especializado complementar, respeitando suas necessidades e especificidades. Já, os alunos matriculados na rede Estadual, frequentam a Escola Estadual Oswaldo de Jesus, vinculada à APAE.

A demanda ainda é maior que a oferta nas duas redes de ensino e o atendimento realizado, apesar de ser de qualidade, não consegue sanar todas as



dificuldades que o portador de Necessidades Educativas Especiais tem. Faltam profissionais especializados que atendam em diferentes frentes de trabalhos como: Psicopedagogia; Terapia Ocupacional; Fonoaudiologia; Psicologia... e mais profissionais.

V - META SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Situação apresentada: Na Educação Infantil, o percentual de escolas de período integral é superior ao esperado pelo Plano Municipal de Educação para 2017. Já as escolas de Ensino Fundamental estão dentro dos prazos estabelecidos para a ampliação da Educação Integral no PME. A rede Estadual de Ensino está tentando, para o ano letivo de 2018, implantar o ENSINO MÉDIO INTEGRAL numa de suas unidades, contudo, a comunidade não está aderindo à proposta e a escola trabalha com a possibilidade de adiar o início dessa atividade para 2019.

VI - META SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Situação apresentada: A EJA – Ensino Fundamental – Fase I, que é ofertada no período noturno, na modalidade presencial e em regime de etapas compostas pela áreas de conhecimento da Base Nacional Comum é responsabilidade do município e a EJA – Fase II que é responsabilidade da rede estadual e organizada em blocos por disciplina, conforme detalhado no PME apresentam as mesmas dificuldades: adesão do público alvo e permanência nos estudos. Neste segmento, a evasão apresentou-se acentuadamente e os índices de reprovação são muito maiores se comparados ao Ensino Regular.

VII - META SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Situação apresentada: A exemplo do que ocorre com as etapas finais da Educação Básica, é competência da Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, frente a este nível de ensino, o acompanhamento e monitoramento do trabalho desenvolvido, visando ao



atendimento da demanda, com a qualidade social almejada. O fato é que, dada a localização geográfica do município e a forma como se realizam os processos de seleção nas Instituições de Ensino Superior - IES, parcela significativa dos jovens do município frequentam universidades e faculdades em outras cidades.

Assim, a única Faculdade instalada no município com atendimento presencial, teve seus trabalhos desenvolvidos no município de forma satisfatória sem apresentar dificuldades que merecessem destaque.

VIII - META SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Situação apresentada: Como foi apresentado nas planilhas, a Rede Municipal de Educação possui 1004 professores e destes apenas 2 não possuem graduação. No que diz respeito à pós graduação, 85% dos professores do quadro municipal têm pós.

Nas séries finais do Ensino Fundamental, bem como, no Ensino Médio, a formação dos professores de Cambé está além da exigida no PME. Já no Ensino Superior, em 2016 a única Faculdade Presencial do Município estava com o número de doutores inferior ao que está estipulado pelo PME, porém, em 2017 esse número já foi ampliado.

IX - META SOBRE A VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES

Situação apresentada: Na Rede Municipal de Ensino, a única meta não inicializada, de acordo com a “Avaliação” realizada em 2016, é a “REVISÃO DO PCCS”. A dificuldade é em estabelecer uma comissão permanente de revisão e acompanhamento do PCCS e é justamente o Plano de Cargos e Carreiras que o maior responsável por garantir a valorização profissional dos trabalhadores do magistério.

X - META SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Situação apresentada: Tanto a Rede Municipal de Ensino com a Rede Estadual, tem conseguido implantar uma gestão democrática em suas Unidades de Ensino, a começar pela escolha de seus gestores. O processo de consulta à comunidade escolar para a escolha de diretor têm se apresentado como importante ferramenta democrática e a atuação dos gestores nos períodos de suas gestão têm contado



com a participação de diferentes segmentos (APMF, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil...).

XI - META SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Situação apresentada: O momento de construção do Plano Nacional de Educação trazia em si uma euforia relacionada ao Pré Sal que não se efetivou na prática. A construção do Plano Municipal de Educação de Cambé acompanhando esse momento previu uma trajetória para a Educação do Município que não será fácil cumprir. A grande dificuldade do momento são os gastos com recursos humanos. A folha de pagamento dos profissionais da educação tem sido um desafio para os governantes, assim, todos os outros investimentos que deveria assegurar o cumprimento do estabelecido no PME ficam comprometidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Cambé, constituído pela **PORTARIA Nº 312 de 19 de maio de 2017**, tendo concluído seus trabalhos, apresenta o presente relatório, bem como seu parecer, acerca das atividades desenvolvidas.

Entendemos que o presente monitoramento é primordialmente, fornecer informações que permitam o acompanhamento da implantação ou não das metas estabelecidas no PME e os ajustes necessários para que o mesmo seja cumprido.

A investigação da realidade educacional do município foi realizada mediante a Coleta de Dados Educacionais – CODAE 2015.

Cabe observar que a presente avaliação requer o levantamento do número de habitantes das diferentes faixas etárias atendidas pelo sistema educacional, junto aos dos censos oficiais. Em função de não ter sido realizado um novo censo do IBGE após 2010, realizou-se uma estimativa do número de



crianças e jovens da população de cada faixa etária, para o período de 2011 a 2014, com base na estimativa do IBGE/2015 e IPARDES/2017.

Acerca da Meta 1 do PME (universalização da EI para as crianças de 4 e 5 anos), o município de Cambé está atendendo mais de 50% da demanda de 0 a 3 anos, o que tinha como prazo final apenas 2024.

Conforme informado pela SEMED, a demanda reprimida deste segmento, ou seja, aquela levantada mediante a lista de espera das escolas, em 2010 era de 645 vagas na faixa etária de 0 a 3 anos, e 688 de 4 a 5 anos. Em 2014 a mesma passou a ser de 687 vagas na faixa de 0 a 3 anos e 220 de 4 a 5 anos. O levantamento, efetuado em fevereiro de 2016, revelou uma demanda de 992 vagas na faixa de 0 a 3 anos. E em 2017 essa demanda passou para 1353 crianças.

A demanda na faixa de 4 e 5 anos já se encontra atendida no município desde 2016, cumprindo ao estabelecido no PNE/2014 e PME/2014-2024.

Na Educação Infantil, o número de abandono é um elemento altamente positivo e seu registro nos dois segmentos da EI (0 a 3 anos / 4 e 5 anos) visto que seus valores são insignificantes.

Ainda sobre a Educação Infantil, a Comissão de Monitoramento recomenda a realização de estudos da viabilidade de atendimento de todas as crianças de 0 a 3 anos até o final do presente PME, o que implicaria no atendimento de aproximadamente 190 crianças/ano.

No que se refere ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais (EF-AI), alguns apontamentos importantes precisam ser feitos:

- A implementação do Ensino de nove anos, de acordo com a Lei nº 11.274/2006, está sendo cumprida em Cambé desde 2009;
- As matrículas iniciais se mantiveram relativamente constantes, mas na Rede Municipal, apresentaram um crescimento gradual. No entanto, mesmo com o aumento da procura, os índices nas avaliações de larga escala não caíram e os índices de aprovação mantiveram-se acima de 80%;
- Mediante os apontamentos acima, fica evidente a responsabilidade do município por este nível de ensino, bem como a consolidação da garantia



do acesso e permanência do aluno na escola. Por outro lado, evidencia-se a necessidade da continuidade dos investimentos nos processos de busca e aprimoramento da qualidade da educação, tendo em vista a otimização dos indicadores educacionais.

Antes de dar continuidade ao relato dos demais segmentos, a saber: Ensino Fundamental – Anos Finais(AF-AF), Ensino Médio(EM); Ensino Superior(ES), Educação de Jovens e Adultos(EJA), Educação Profissional e Tecnológica(EPT), Educação Especial(EE), é pertinente observar que não é responsabilidade direta e competência do município o desenvolvimento do trabalho nestes segmentos.

Sendo assim, conforme estabelece o PNE e, em decorrência, o PME, compete à Secretaria Municipal de Educação – SEMED em conjunto com o Conselho Municipal de Educação - CME, acompanhar e monitorar o trabalho realizado nos respectivos segmentos, bem como zelar pela qualidade dos serviços prestados.

No que tange ao Ensino Fundamental – Anos Finais, a Rede Estadual é composta por 11(onze) escolas. O município possui também, neste segmento uma escola particular.

No que concerne à evasão escolar, foram registrados casos apenas na rede Pública Estadual de Ensino, enquanto na privada não houve nenhum caso.

Em relação a este segmento, o comitê entende que é competência da SEMED e Conselho Municipal de Educação de Cambé - CMEC o encaminhamento da presente avaliação às instâncias competentes, para conhecimento, análise e encaminhamentos necessários, com vistas à superação dos problemas existentes e ao aprimoramento contínuo do trabalho realizado.

Acerca do Ensino Médio, o município possui 10(dez) escolas: 8(oito) públicas e 2(duas) privadas. Durante o monitoramento de 2017, observou-se o aumento gradual no número de matrículas e a diminuição do número de alunos na idade ideal ao segmento, quando comparados com à dados anteriores.

Com relação aos indicadores educacionais, constatou-se que o percentual de aprovação foi mais elevado na rede privada que na pública.



Frente ao exposto, o comitê considera necessário o encaminhamento da presente avaliação às instâncias competentes para ciência, análise e providências necessárias.

Referindo-se à avaliação do Ensino superior o município de Cambé possui apenas uma instituição de Ensino Superior Presencial e outra de Educação à distância – EaD.

Os cursos ofertados pela IES, informados na CODAE/2011 foram mantidos, sendo 3(três) de graduação e 11(onze) de pós-graduação *lato sensu*. Em 2017 o número de matrículas manteve-se relativamente estável, assim como os indicadores educacionais deste segmento.

Com relação à Educação de Jovens e Adultos – EJA é importante mencionar que a EJA - Fase I é de responsabilidade do município e a EJA – Fase II é de responsabilidade do Estado.

Assim como afirma a Avaliação do Plano, realizada em 2016, o monitoramento 2017 registrou a manutenção do número de matrículas nesta modalidade de ensino mantendo relativamente estáveis, com pequenas oscilações o número de alunos frequentadores da EJA.

Importante observar os baixos percentuais de aprovação e elevados percentuais de abandono, como fora citado anteriormente na situação encontrada da EJA.

Entender o que realmente acontece com a EJA constitui um elemento fundamental para o aprimoramento e aumento da eficácia deste segmento no que tange, principalmente, ao acesso, à permanência e ao sucesso dos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade adequada.

Com relação à Educação Profissional e Tecnológica, existe apenas uma escola estadual que oferece curso profissionalizante aos educandos. Nesta, o número de alunos têm reduzido ano após ano e em 2017 não foi diferente.

PAREI AQUI

Com relação à Educação Especial – EE, no período de 2011 a 2014, no âmbito da Rede Pública, em especial na Rede Municipal, as crianças eram atendidas no Ensino Regular e atendimento especializado; já na Rede Estadual,



registrou-se apenas o atendimento realizado em 1(uma) escola estadual vinculada à APAE.

Os indicadores educacionais registrados pelo conjunto destes atendimentos registram como valores mínimos e máximos alcançados: aprovação 63.6 e 69.9%, reprovação e repetência, valores coincidentes de 7.1 e 14.0%, sendo que em 2014 registrou 7.4% e abandono abaixo de 2.0% ao longo de todo período, atingindo 0.7% em 2014.

Conforme informado pela Rede Municipal, ao longo dos anos tem sido matriculados alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, tanto na EI quando no EF-AI. Em 2014 estes totalizaram 250 e em 2016 foram aproximadamente 350 alunos.

Sua identificação é realizada no ato de matrícula e posteriormente aprimorada mediante observação e acompanhamento da equipe escolar com supervisão do Setor de Educação Especial da SEMED. Posteriormente são delineadas estratégias de ação e propostas de intervenção, bem como encaminhamento a outros setores e serviços necessários, a saber: Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSI, Centro de Reabilitação e Promoção à Saúde – CREPS, Centro de Referência de Assistência Social – CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Conselho Tutelar, Centro de Atendimento Especializado em Deficiência Visual – CAE – DV, Centro de Atendimento Especializado em Surdez – CAE – S, e outros.

Paralelamente ao acompanhamento individual no cotidiano escolar, os alunos com necessidades educacionais especiais frequentam atendimento especializado em Sala de Recursos Multifuncional, em período alternativo ao da escolarização regular. Este atendimento foi iniciado em 2010, tendo sido implantado em 6(seis) unidades escolares.

No ano de 2016 a Rede Municipal disponibilizou 13(treze) professores de Apoio Permanente, que oferecem apoio especializado ao aluno no horário regular, atuando junto com o professor da classe, conforme determina a Resolução 02/2001.

Alguns alunos com deficiência intelectual são atendidos em Salas Especiais, instaladas em duas unidades escolares, onde recebem atendimento especializado específico às suas necessidades, conforme previsto na Resolução



02/2001. Este atendimento já existia em 2014 e atualmente, em 2016 foram atendidos 12 e 10 alunos respectivamente, em cada uma das unidades.

Por fim, cabe destacar que no ano de 2014, toda a demanda por atendimento educacional especializado da rede municipal era atendida e que esta tem registrado tendência a crescimento nos anos seguintes, requerendo uma atenção especial e planejamento de atendimento da crescente demanda.

A avaliação dos indicadores acima, complementada pela análise do nível de escolaridade, situação funcional e jornada de trabalho dos educadores e trabalhadores que atuam na educação, permitem complementar a análise da natureza dos investimentos efetuados em prol da melhoria da qualidade da educação.

Iniciando pelo nível de escolaridade dos educadores e funcionários que atuam na educação, pode-se observar, mediante comparação dos dados de 2010 e 2014, uma elevação significativa do nível de escolaridade de ambas as categorias funcionais. Esta tendência é altamente desejável e reflete os esforços tanto dos indivíduos quanto dos gestores.

Além da ampliação significativa do número de especialistas, também ocorreu uma elevação importante no quadro de mestres e o surgimento de doutores atuando na Educação Básica. É importante incentivar a continuidade deste movimento de busca por qualificação, mediante a criação de mecanismos e critérios que organizem o atendimento da demanda por qualificação tanto dos docentes quanto dos funcionários da rede.

Esta informação é relevante por que além de permitir a visualização da elevação do nível de escolaridade dos distintos quadros de pessoal, no decorrer do tempo, também possibilita a análise do cumprimento das determinações legais acerca da titulação necessária à atuação na educação, conforme determina a Lei nº 9394/96 e o PNE/2014-2024.

Com relação à situação funcional dos educadores e funcionários, observou-se que, em 2014, a maioria dos que atuavam na Rede Municipal e Estadual eram servidores públicos. Em especial, neste ano, a Rede Municipal aguardava a realização de um concurso público no âmbito do município, razão por que se observa um percentual de educadores e funcionários contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.



Já, na Rede Estadual surgiu como elemento novo a terceirização no âmbito da educação. Por fim, na Rede Privada a totalidade dos educadores e funcionários era contratada pela CLT e na Rede Filantrópica predominavam os contratos pela CLT, seguidos por percentual de servidores públicos que consistiam em servidores cedidos pelo município àquela rede.

Com relação à jornada de trabalho dos educadores e funcionários, a comparação com os dados de 2010 revelam que: em 2014, enquanto estava aguardando a realização do concurso municipal, na Rede Municipal ocorreu o aumento do número de educadores contratados em 20 horas e redução dos funcionários contratados em 20 e 35 horas, a extinção dos contratos em 30h e ampliação dos de 40h.

Na Rede Estadual, comparativamente a 2010, em 2014 ocorreu a ampliação dos educadores contratados em 40 horas e redução dos contratados em 20. O inverso ocorreu em relação ao funcionalismo.

Por sua vez, na Rede Privada – EB ocorreu um aumento dos educadores contratados em 30 horas e redução dos contratados em 20 e 40 horas. No que tange aos funcionários ocorreu ampliação do número de contratados em 40 horas e redução dos contratados em jornada parcial. No âmbito do Ensino Superior, predominavam os contratos docentes em 20 horas e contratos em tempo integral para o funcionalismo.

Finalmente, na Rede Filantrópica foram extintos os contratos docentes em 30 horas, aumentaram os contratos em 20 horas e reduziram os de tempo integral. Com relação ao funcionalismo, foram extintos os contratos de 30h, reduzidos os de 20h e aumentados significativamente os de 40h, alcançando quase a totalidade dos mesmos.

Finalizando a avaliação dos dados relacionados aos educadores e funcionários,

em 2014 a Rede Municipal tinha o maior número de educadores com menor tempo de experiência profissional. Por sua vez, a Rede Estadual tinha um maior percentual de educadores com maior tempo de experiência seguida pela Rede Privada de ES, Privada de EB e Filantrópica.

Quanto aos funcionários, na Rede Privada e Municipal a maioria deles tinha de 0 a 5 anos de experiência profissional. Por outro lado, a Rede



Estadual tinha o maior número de funcionários com 16 ou mais anos de carreira, seguida da Rede Filantrópica, Municipal e Privada de EB e ES.

Finalizando a avaliação do PME, o comitê analisou os aspectos relacionados à gestão democrática, financiamento e melhoria da qualidade da educação e avaliação do PME. A análise destes itens foi realizada nas reuniões do comitê, mediante informações coletadas pelos respectivos representantes, junto aos setores representados. Cabe destacar que, foram obtidas apenas as informações relacionadas à Rede Municipal.

Diante disto, o comitê optou por abordar nestes tópicos apenas tais informações, bem como recomendar a inserção das informações relacionadas aos mesmos na próxima edição da CODAE, de forma a facilitar e garantir o acesso às mesmas.

Com relação à Gestão Democrática, existem desde 2010, na rede Municipal, os órgãos colegiados, a saber: a Associação de Pais e Mestres e Funcionários – APMF e o Conselho de Classes, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito das instituições educacionais. Mediante a análise do processo registrado no relatório, em anexo, constatou-se a existência, na Rede Municipal, de um movimento continuado de aprimoramento dos mecanismos de participação e aproximação escola - comunidade atendida.

Tal movimento, recomendado a todas as redes de ensino, precisa tornar-se evidentes nas futuras avaliações do PME, o que justifica a recomendação de sua inserção no sistema de coleta de dados educacionais.

No que tange ao financiamento da educação, as redes públicas possuem piso legal estabelecido para as despesas e investimentos em educação. No entanto, a almejada melhoria de qualidade da educação não pode prescindir, em qualquer que seja a rede de ensino, da boa gestão e administração dos recursos educacionais.

Neste quesito, segundo demonstrado no relatório, na Rede Municipal, a destinação e administração dos recursos educacionais priorizaram a manutenção e ampliação da rede, segundo planejamento orientado pelos prazos estabelecidos para o cumprimento das metas do PME. Conclui-se, portanto, que



houve uma aplicação responsável e cautelosa dos recursos disponíveis, no período avaliado.

Em relação à qualidade da educação, no corpo do relatório, podem ser observados os investimentos realizados tanto no desenvolvimento quanto na manutenção da Rede Municipal, como na ampliação de pessoal, capacitação dos educadores e funcionários, revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários, dentre outros. Também neste quesito, observa-se que os investimentos foram orientados pelo prazo de cumprimento das metas estabelecidas no PME.

Cabe destacar, subsidiados num detalhado exame das metas estabelecidas no PNE, que conquistas significativas foram alcançadas a partir do estabelecimento do Plano Nacional de Educação como política de estado. No entanto, muitas outras ainda precisam ser conquistadas, e isto depende, essencialmente, da capacidade de planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito educacional pela sociedade civil organizada.

Assim sendo, o acompanhamento e a avaliação do PME ser realizados ao longo de todo o processo de implementação do PME, a fim de garantir o cumprimento das metas estabelecidas, bem como seu realinhamento, quando isto for necessário.

Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de que:

1. o Comitê de Avaliação do PME, tenha acrescido às suas atribuições o acompanhamento do PME;
2. receba o apoio necessário da SEMED para o cumprimento de suas atribuições;
3. inicie, tão logo possível, a revisão do sistema de CODAE, visando seu aprimoramento para as avaliações futuras, contemplando as alterações estruturais e de inserção de conteúdos especificadas na presente avaliação;
4. possua um regimento próprio, especificando critérios para a escolha, substituição de seus membros, duração de mandato, etc.;
5. desenvolva um plano de ação para conscientização da comunidade educativa e sociedade em geral, acerca da relevância da sua participação e comprometimento com o acompanhamento e avaliação da



Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Educação



educação, para construirmos à partir da educação que temos a educação que queremos.

Cambé, ----- de dezembro de 2016.

Coordenadora do Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do PME de

Cambé